

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO NO CURSO DE PEDAGOGIA DO INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

WORK AS AN EDUCATIONAL PRINCIPLE IN THE PEDAGOGY COURSE AT THE FEDERAL INSTITUTE OF BRASÍLIA

EL TRABAJO COMO PRINCIPIO EDUCATIVO EN EL CURSO DE PEDAGOGÍA DEL INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA

Ícaro Medeiros Sousa¹
Mateus Gianni Fonseca²

RESUMO: O trabalho é uma das bases fundantes de todas as etapas da educação brasileira, entretanto, um maior destaque nesse quesito é direcionado à Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Partindo do pressuposto de que os pedagogos possuem papel fundamental na estrutura educativa, o artigo abordará a formação inicial desses profissionais e a relevância do uso do trabalho como princípio educativo nesse processo. O texto analisa o Projeto Pedagógico do Curso (PPC) Superior em Pedagogia do Instituto Federal de Brasília (IFB), objetivando encontrar aproximações entre o conceito de trabalho como princípio educativo e o documento em questão, assim como apontar possíveis lacunas presentes na dialeticidade dessa relação. O estudo utilizou a abordagem mista em uma pesquisa documental. Os resultados obtidos indicam que o PPC aborda o trabalho como princípio educativo, porém é mencionado apenas na ementa de uma de suas disciplinas, fato que abre espaços para análise da sua inserção em demais momentos do curso.

1

Palavras-chave: Trabalho como princípio educativo. Pedagogia. EPT.

ABSTRACT: Work is one of the foundational bases of all stages of Brazilian education; however, greater emphasis is given to Vocational and Technological Education (VTE). Assuming that pedagogues play a fundamental role in the educational structure, this article addresses the initial training of these professionals and the relevance of using work as an educational principle in this process. The text analyzes the Pedagogical Project of the Pedagogy Undergraduate Course (PPC) at the Federal Institute of Brasilia (IFB), aiming to identify connections between the concept of work as an educational principle and the document in question, as well as to highlight possible gaps in the dialectical relationship between them. The study adopted a mixed-method approach through document search. The results indicate that the PPC addresses work as an educational principle, but it is mentioned only in the syllabus of one of its courses, which opens space for analysis of its inclusion in other parts of the curriculum.

Keywords: Work as an educational principle. Pedagogy. VTE.

¹ Mestrando do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT - Instituto Federal de Brasília - IFB.

² Professor do Instituto Federal de Brasília e do Programa de Pós-Graduação em Educação Profissional e Tecnológica - ProfEPT - Instituto Federal de Brasília - IFB.

RESUMEN: El trabajo es una de las bases fundamentales de todas las etapas de la educación brasileña; sin embargo, se otorga mayor énfasis a la Educación Profesional y Tecnológica (EPT). Partiendo del supuesto de que los pedagogos desempeñan un papel fundamental en la estructura educativa, este artículo aborda la formación inicial de estos profesionales y la relevancia del uso del trabajo como principio educativo en dicho proceso. El texto analiza el Proyecto Pedagógico del Curso (PPC) de Licenciatura en Pedagogía del Instituto Federal de Brasilia (IFB), con el objetivo de identificar las aproximaciones entre el concepto de trabajo como principio educativo y el documento en cuestión, así como señalar posibles vacíos en la dialéctica de esta relación. El estudio utilizó un enfoque mixto en una investigación documental. Los resultados indican que el PPC aborda el trabajo como principio educativo, pero solo se menciona en el programa de una de sus asignaturas, lo que abre espacio para analizar su inclusión en otros momentos del curso.

Palabras clave: Trabajo como principio educativo. Pedagogía. EPT.

INTRODUÇÃO

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional 9.394/96 (LDB), em seu artigo 1º, § 2º, define que “A educação escolar deverá vincular-se ao mundo do trabalho e à prática social” (Brasil, 1996). Essa citação explícita ao mundo do trabalho destaca que esta é a ação que tipifica e caracteriza o ser humano como tal, sendo o meio de produção sociocultural que torna a vida possível como a conhecemos (Della Fonte, 2018).

A priori, a formação de pedagogos é direcionada à preparação de professores para a Educação Infantil e para as séries iniciais do Ensino Fundamental, porém o pedagogo não se restringe a apenas esses dois segmentos, podendo fazer-se presente em outras etapas da educação, além de ambientes não formais de ensino (Brasil, 2005).

Dentro dessa gama de possibilidades, a pesquisa abordou a formação de licenciandos em pedagogia e a sua relação com a EPT em uma perspectiva de omnilateralidade (Freitas et al., 2018), valendo-se da seguinte legislação: “a educação profissional e tecnológica, no cumprimento dos objetivos da educação nacional, integra-se aos diferentes níveis e modalidades de educação e às dimensões do trabalho, da ciência e da tecnologia” (Brasil, 1996, art. 39). Nesse sentido, pensar na relação que a EPT possui com os diferentes níveis de educação exige que todo e qualquer profissional ligado ao sistema de ensino brasileiro tenha em seu currículo formativo espaços de reflexão e aprendizagem desta modalidade, fato que também engloba os pedagogos.

Considerando os documentos norteadores da EPT e das licenciaturas em pedagogia, a pesquisa propõe estimular a reflexão sobre a formação de pedagogos e como esse público pode contribuir para a EPT, tendo como problema de pesquisa a compreensão se o PPC da Licenciatura em Pedagogia do IFB promove uma relação dialética entre o trabalho como

princípio educativo e o processo formativo inicial dos futuros pedagogos.

Para delimitação do campo de pesquisa elegeu-se o Distrito Federal (DF), onde apenas duas instituições públicas de ensino superior ofertam EPT em suas Licenciaturas em Pedagogia: o IFB, *campus* São Sebastião, e a Universidade de Brasília (UnB). Dentre as duas instituições, optou-se pela análise do PPC da Licenciatura em Pedagogia do IFB por dois motivos: i) a principal atuação dos IF's é direcionada à EPT, portanto é interessante compreender como essa oferta atinge a formação de licenciandos para que atuem nesta modalidade de ensino, ou como espera-se que relações dialógicas sejam realizadas nas demais etapas da educação básica por esses futuros profissionais; ii) na UnB a oferta do componente curricular EPT é feita de forma optativa, ficando a critério de cada licenciando cursá-la ou não, enquanto que no IFB os licenciandos cursam obrigatoriamente a disciplina de EPT, além de ser prevista a realização de estágio supervisionado na mesma.

O documento base analisado pela pesquisa rege o Curso de Licenciatura em Pedagogia do IFB, *campus* São Sebastião, do ano de 2016 até a presente data (2026) e foi produzido pela Comissão de Elaboração do Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, instituída pela Portaria IFB nº 2.016 de 28 de setembro de 2015 e retificada pela Portaria IFB nº 671 de 21 de março de 2016.

3

Para tanto, pressupondo ser fundamental o processo de construção crítica docente desde a formação inicial embasada no direito à educação de qualidade social, a pesquisa objetivou encontrar aproximações entre o conceito de trabalho como princípio educativo e o documento em questão, assim como apontar possíveis lacunas presentes na dialeticidade dessa relação.

O TRABALHO COMO PRINCÍPIO EDUCATIVO E A FORMAÇÃO DOS PEDAGOGOS

A educação brasileira historicamente pautou-se em uma visão dicotômica: de um lado existe uma proposta academicista, direcionada àqueles que desfrutam daquilo que a apropriação do trabalho alheio permite; do outro, apresenta-se uma educação de caráter instrumental para o trabalho de baixa complexidade, destinada aos filhos da classe trabalhadora. Apesar dessa segregação, sempre existiram profissionais que trabalham pela oferta de melhores condições de ensino, primando por uma abordagem ética frente aos desafios de se arquitetar uma sociedade ética e humana. (Moura, 2008).

Para a construção dessa sociedade é essencial uma abordagem pautada na rearticulação dos conhecimentos, que supere a compreensão aparente e superficial permitindo a apreensão

dos saberes em sua totalidade (Kuenzer, 2002). Nessa perspectiva, os processos educacionais precisam estar dispostos a produzir reflexões críticas, reformulando as diretrizes pedagógicas a fim de alcançar a “construção de uma nova sociedade e de uma nova cultura, de um novo homem, enfim” (Saviani, 2012, p.7).

Uma abordagem educacional que tem por finalidade essa construção social crítica e imersiva, que materializa o ensino a partir dos processos históricos, precisa ser articulada com um aparato político e cultural do qual o Brasil ainda não dispõe. Contudo, não é possível esperar que todas as condições materiais sejam favoráveis para o erguimento de uma sociedade mais justa e solidária, sendo imperativa a necessidade de reflexões e ações voltadas para um futuro menos desigual e mais promissor para as gerações vindouras.

A edificação dessa sociedade requer uma criticidade intelectual constante, sendo imprescindível o questionamento de textos e contextos, independente dos níveis de proximidade e relações afetivas que se tenha com os mesmos (Freire; Shor, 1986). A crítica, nesse sentido, é um baluarte da educação, fonte geradora de um movimento dialético promotor do crescimento sociointelectual de professores e estudantes.

Essa visão, que pode ser considerada utópica, é a base para o desenvolvimento desta pesquisa. Pensar a educação a partir de uma formação emancipadora (Freire, 1987) precisa ser o objetivo de toda e qualquer pesquisa em educação que projete um ensino de excelência para todos.

Para tal, é preponderante a compreensão de que o ato de intervir na natureza para a produção da própria existência é o que caracteriza o trabalho como marco do desenvolvimento humano (Saviani, 2007). Apesar de abrangente e essencial essa consciência da relação humana com a natureza, o conceito de trabalho foi alterado e modernizado com o passar do tempo, incorporando não apenas o contato e a modificação do ambiente natural, mas com o meio como um todo.

O gênero humano não age apenas transformando a natureza, mas, principalmente, atua sobre ela com a intenção de materializar seus objetivos, por meio de sua “vontade orientada”, fazendo com que a natureza encontre-se à ele subordinada, e não o contrário (Mota, 2019; p. 53).

Compreender que o ser humano faz-se humano por meio do trabalho permite vislumbrar as ações como expressões que nos racionalizam e nos transformam em seres que deixaram de subsistir e passaram a adaptar o meio em que vivem para os próprios objetivos de existência. Por isso, “o que o homem é, é-o pelo trabalho” (Saviani, 2007, p. 154), sendo esse um dos cernes

da diferenciação em relação aos demais seres biológicos, que não constroem a sua história paulatinamente complexificando o próprio ato de existir.

A historicidade do processo evolutivo da humanidade compreende que existe um movimento de acúmulo de conhecimento, porém que não é linear e nem homogêneo (Borges, 2017). Em seus sistemas estruturais, a sociedade moderna está inserida em um modelo baseado no capital, em que o acúmulo de bens de uma pequena parcela é oriundo da exploração da força de trabalho de uma grande massa, cabendo a esta vender parte do seu tempo e esforço para arcar com condições básicas de sobrevivência. Devido a lógica social regida pelo capital, o trabalho passou a ser associado, por grande parte da população, ao conceito de empregabilidade, assumindo nuances de inserção e adaptabilidade ao mercado, desvinculando-se da integralidade que o caracteriza na produção da vida humana. Contudo Frigotto (2010, p. 59) ressalta que o trabalho “não se reduz à *atividade laborativa ou emprego*, mas à produção de todas as dimensões da vida humana”.

Sendo o trabalho uma característica inerente ao ser humano e a escola um dos aparelhos sociais responsáveis por transmitir conhecimentos (Saviani, 2007), compreende-se que a abordagem do trabalho deve acontecer durante toda a educação escolar, não com o foco na mera inserção ou adaptação ao mercado de trabalho, mas como a característica de humanização que o 5

O professor, ao receber essa abordagem desde a formação inicial, poderá propor atividades que respeitem o trabalho como condição humana e, conseqüentemente, utilizá-lo como princípio educativo. Assim, “a criatividade, o desenvolvimento social, a produção científica, os processos culturais, as relações sociais e a vida humana em si” (Mota, 2019, p. 88) serão balizadores dos processos educativos. Ter o trabalho como princípio educativo, respeitando a historicidade que o envolve e a proposta de construção social que defende, significa oportunizar o uso de ferramentas para a construção de uma sociedade que almeja ser mais justa e solidária.

Este referencial teórico parte do princípio de que o trabalho deve ser abordado em sua perspectiva ontológica e histórica, tendo a crítica como um de seus motivadores dialéticos dos processos de ensino e aprendizagem. Em concordância com essa interpretação, a metodologia utilizada vai ao encontro do objetivo da pesquisa em promover uma análise pautada na criticidade que se espera para a formação de licenciandos em Pedagogia.

MÉTODOS

O estudo assumiu o materialismo histórico-dialético (MHD) como metodologia por considerar que o conhecimento teórico “é o conhecimento do objeto - de sua estrutura e dinâmica - tal como ele é em si mesmo, na sua existência real e efetiva, independentemente dos desejos, das aspirações e das representações do pesquisador” (Netto, 2011, p. 20). Em consequência dessa escolha, o uso dessa abordagem justifica-se por acreditar que “a relação educação e trabalho está diretamente vinculada ao percurso histórico de desenvolvimento da sociedade aos movimentos que levaram a coletividade aos rumos alcançados neste processo” (Rodrigues, 2023, p. 8), tornando indispensável a utilização do trabalho como princípio educativo na perspectiva emancipatória de educação e no desenvolvimento de pesquisas em educação.

A categoria contradição do MHD pautou a análise do PPC em questão, especialmente por ter-se em conta que as relações constroem a realidade e esta é responsável pela construção das relações, criando um movimento de expansão sociocultural baseado na dialeticidade das interações humanas (Cury, 1979). Contudo, visto que o presente artigo adota a pesquisa documental como forma processual (Lakatos; Marconi, 2021), as demais categorias do MHD, em especial a totalidade, não estão contempladas nesta pesquisa.

O trabalho tem objetivos descritivos (Silva, 2012) que pretendem compreender e sintetizar pontes que relacionem a formação de licenciandos em pedagogia com o trabalho como princípio educativo por meio da análise do PPC da Licenciatura em Pedagogia do IFB, utilizando uma abordagem mista de investigação (Creswell, 2010).

Considera-se que todo processo formal de ensino destina ao professor um papel chave para o sucesso ou fracasso educacional, por isso pensar os cursos de licenciatura é um trabalho cíclico e inesgotável, que promove a criação e reconstrução de experiências e propostas por meio da dialeticidade da concretude material (Cury, 1979). Portanto, sendo o professor um dos agentes centrais na dinâmica educacional, desde o início de sua formação é basilar imbuí-lo de conceitos que compactuam com os objetivos éticos e políticos de uma proposta pedagógica emancipadora, vislumbrando uma educação que busque não apenas a diminuição, mas a superação de desigualdades e preconceitos culturalmente impostos (Araújo; Frigotto, 2015).

Assumido esse compromisso com a educação, o objeto da pesquisa é o PPC da Licenciatura em Pedagogia do IFB, ofertada no *campus* São Sebastião, localizado em uma Região Administrativa da capital federal que apresenta condições de vulnerabilidade social. Segundo o

PPC (Instituto Federal de Brasília, 2016), a própria comunidade apresentou o anseio por cursos voltados para o desenvolvimento social e educacional, sendo a licenciatura em Pedagogia a formação em nível superior de escolha da população.

Um importante dado presente no documento destaca que a única opção pública de licenciatura em Pedagogia disponível à época no DF era disponibilizada pela UnB. Com a criação do curso pelo IFB, o mesmo seguiu firme em sua proposta de democratização do acesso à educação, cultura e ciência.

Tendo esse corpus de análise e definida a metodologia, a próxima seção divide-se em dois subtópicos: o primeiro apresenta uma análise geral do PPC; e o segundo delimita-se à análise das ementas das disciplinas do documento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

O mundo do trabalho permeia as relações humanas, tanto as sociais, quanto a forma como interagem e modificam o meio em que habitam. No contexto educacional, a inserção ao mundo do trabalho acontece de forma explícita e direta no ensino médio, mais especificamente quando o mesmo é integrado à educação profissional, porém inicia de forma implícita e indireta no ensino fundamental (Saviani, 2007). Dessa forma é atribuído aos pedagogos, nas séries iniciais, o papel de apresentar aos estudantes o trabalho enquanto condição humana, sem a necessidade de aprofundamento e atentando-se para não associá-lo levemente ao conceito de emprego.

A atuação do pedagogo, além do seu caráter instrucional de alfabetizar e letramento, não pode restringir-se ao ensinar a ler e escrever. O seu papel, enquanto educador, exige um compromisso com a construção do pensamento crítico, conhecendo os processos históricos e contribuindo para que os estudantes desenvolvam formas dialéticas de atuação em suas próprias vidas e comunidades.

Propor aos pedagogos a utilização do trabalho como princípio educativo significa iniciar o processo de escolarização defendendo que todo e qualquer estudante seja exposto a situações reflexivas de conscientização sobre as próprias ações, fomentando a compreensão de que cada um é produto e produtor do meio que o cerca, não esquecendo ou desconsiderando a existência de um contexto histórico e cultural que pavimenta a realidade à qual está inserido. Essa abordagem vislumbra a formação de pessoas em constante processo de crescimento sociocultural e combate percursos de aprendizagem que limitam o pensamento a apenas uma

adaptação passiva à realidade.

O pedagogo, como profissional que possui uma formação inicial ampla, pode contribuir nesta concepção de educação e EPT na medida que busca a integração de diferentes áreas de conhecimento, auxiliando na criação e adaptação de metodologias e estratégias de ensino. Além disso, pode promover momentos de diálogo e reflexão para que os estudantes compreendam o papel social que podem desempenhar com a sua inserção no mundo do trabalho, cientes de que “a emancipação diz respeito a um novo arranjo social no qual o ser humano é fim de si mesmo e não meio” (Della Fonte, 2018, p. 14).

Exposta a concepção que se espera para a formação de pedagogos, será apresentada uma análise do PPC da Licenciatura em Pedagogia do IFB considerando que aos pedagogos é precípua saber observar, analisar, executar e avaliar atos relativos à docência por meio da reflexão crítica (Brasil, 2005).

Análise do projeto pedagógico do Curso Superior em Pedagogia do Instituto Federal de Brasília

Logo em sua apresentação, no PPC é expresso o compromisso com uma educação que “busca articular conhecimentos e propiciar, por meio de práticas educativas transformadoras, uma formação cidadã que permita aos egressos sua inserção crítica no trabalho docente” (Instituto Federal de Brasília, 2016, p. 6). Durante vários momentos do texto, a criticidade é realçada como ponto fundante na formação dos pedagogos, inclusive destacando o papel de intelectualidade dos egressos e a possibilidade de atuação em múltiplos espaços sociais.

Apesar dessa visão ampla da Licenciatura em Pedagogia, o PPC expressamente infundi ao curso um peso maior aos espaços comuns de ocupação dos pedagogos ao declarar o foco na formação de profissionais que atuem na Educação Infantil, nos Anos Iniciais do Ensino Fundamental e em atividades de Coordenação e Gestão educacional (Instituto Federal de Brasília, 2016). O caráter técnico e a ênfase na preparação de pedagogos para atuação nas séries iniciais do Ensino Fundamental e na Educação Infantil evidencia-se na análise das ementas das disciplinas, sendo estas, em sua maioria, direcionadas à formação de trabalhadores que supram essa necessidade do mercado.

Nesse ponto manifesta-se uma das características da categoria da contradição explicitada pelo MHD ao contrapor pontos de vista aparentemente dualistas em prol da criação de uma solução enriquecida e superior (Cury, 1979), uma vez que desde a segunda metade do séc. XX existem discussões sobre o papel do pedagogo e a sua formação.

Inicialmente esses profissionais recebiam formação para a ocupação de cargos técnicos como supervisores e gestores educacionais, além de serem responsáveis pela formação de professores do antigo 1º Grau, entretanto passaram a ocupar o local de professores desta etapa de ensino. Devido a essa ampliação, diversas discussões aconteceram em prol da definição da formação que deve ser ofertada aos pedagogos, com parte defendendo a teorização do curso, e outra parte posicionando-se a favor de uma formação prática, que ensine o pedagogo a ensinar. Por fim, chegou-se ao consenso de que a Pedagogia deve pautar-se no conceito de práxis promovendo uma relação dialética entre teoria e prática (Brasil, 2005).

Os pedagogos, em sua essência, necessitam de uma base consolidada para atuar frente às novas gerações, para tal o PPC garante o engajamento da licenciatura com essa proposta ao definir que os egressos podem não apenas atuar na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental, mas também na “Educação de Jovens e Adultos, nos cursos de Ensino Médio na modalidade de Educação Profissional e no Magistério Superior na área de formação de professores” (Instituto Federal de Brasília, 2016, p. 22). Portanto, é seguro afirmar que o PPC caminha para a superação da contradição entre teoria e prática ao propor uma formação ampla, não obstante sem deixar de lado a formação técnica necessária a esses futuros profissionais.

Em relação à EPT, o PPC faz um destaque nominal a essa modalidade e oferta uma disciplina de 80h/aula de forma obrigatória. Salienta-se que não é consenso as licenciaturas em Pedagogia apresentarem esse espaço de atuação como uma possibilidade profissional. Para exemplificar essa afirmação Costa, et al. (2024) analisaram quinze graduações presenciais em pedagogia de instituições públicas no estado do Rio Grande do Sul. Ao término do estudo constataram que apenas dois cursos apresentavam componentes curriculares relacionados com trabalho e/ou EPT, sendo ambas pertencentes a dois *campus* do Instituto Federal do Rio Grande do Sul. Nas demais instituições, mesmo com a proximidade entre os temas educação e trabalho, o último foi negligenciado enquanto componente curricular.

A partir desse exemplo, comparando-o com a oferta da licenciatura em Pedagogia do IFB, pode-se considerar que a abordagem do conceito de trabalho e EPT é um consenso dentro da estrutura dos Institutos Federais, especialmente por esta modalidade de ensino ser uma de suas principais formas de atuação. Entretanto, ainda no estudo de Costa, et al. (2024), as autoras apontam que uma das instituições analisadas que não fazia menção ao conceito de trabalho e/ou EPT era um Instituto Federal, ou seja, mesmo dentro dos Institutos Federais a abordagem desses temas não é necessariamente considerada essencial na formação de pedagogos.

Inspirado na pesquisa de Costa, et al (2024), foram analisados os PPC's das licenciaturas públicas em Pedagogia ofertadas dentro do DF: Universidade do Distrito Federal (UnDF), UnB e IFB, objetivando descobrir se todas possuem a previsão de EPT em suas respectivas grades curriculares. A UnDF, segundo o seu PPC, não oferta nenhum componente curricular direcionado à EPT (Universidade do Distrito Federal, 2023). A UnB passou a ofertar de forma optativa o componente curricular EPT em 2018 (Universidade de Brasília, 2018), ou seja, cabe aos licenciandos decidirem se essa formação é importante ou não para o próprio desenvolvimento acadêmico e profissional. Em contrapartida o IFB foi pioneiro na oferta de EPT em licenciaturas públicas de Pedagogia no DF, iniciando a sua oferta de forma obrigatória aos seus licenciandos desde 2016 (Instituto Federal de Brasília, 2016) e ainda hoje segue essa premissa no desenvolvimento do seu curso.

Feitos os devidos levantamentos sobre uma visão geral do PPC, a seguir será realizada uma análise das ementas das disciplinas do curso.

Análise dos componentes curriculares do Projeto Pedagógico do Curso Superior em Pedagogia do Instituto Federal de Brasília

Apesar da leitura do documento em seu todo, uma análise mais detalhada foi direcionada ao subtópico “Componentes Curriculares e Ementas” (Instituto Federal de Brasília, 2016, pp. 37-71) a fim de encontrar citações da palavra “trabalho” e do termo “trabalho como princípio educativo” nas ementas que compõem o PPC.

O documento é formado por 49 componentes curriculares divididos conforme tabela abaixo.

Tabela 1 – Divisão dos Núcleos de Componentes Curriculares

Núcleos	Qtd de componentes curriculares
Núcleo de Formação Técnico-Científico	27
Núcleo de Formação Pedagógico-Instrumental	7
Componente Optativos	3
Práticas de Ensino	8
Estágio Supervisionado	4

Fonte: autor e autor, 2026.

O Núcleo de Formação Técnico-Científico compõe a maior parte do currículo, sendo responsável por formar as bases conceituais da formação dos pedagogos. Esse bloco está presente

em todos os semestres e pretende tornar “o acadêmico de Pedagogia conhecedor das áreas que irá atuar não somente como professor, mas como pesquisador e Pedagogo em espaços não-escolares” (Instituto Federal de Brasília, 2016, p. 28). Algumas das disciplinas são: Introdução à Pedagogia e Avaliação Educacional.

O Núcleo de Formação Pedagógico-Instrumental abrange disciplinas de caráter geral das licenciaturas, como Psicologia da Educação, e componentes relacionados à metodologia científica e produção acadêmica, como a disciplina de Leitura e Produção de Textos. As disciplinas deste núcleo são ofertadas no 1º, 2º, 3º, 5º e 7º semestres.

Os Componentes Optativos são constituídos pela oferta de componentes curriculares distintos e não descritos no PPC. Os licenciandos precisam cursar três disciplinas desse núcleo, distribuídas nos 2º, 4º e 7º semestres.

As Práticas de Ensino estão presentes durante todo o curso e possuem temáticas específicas para cada semestre. Dentre os temas presentes, pode-se citar a Prática de Ensino 03 - Processos de Alfabetização e Práticas de Ensino 06 - Jogos e Brincadeiras.

Os Estágios Supervisionados visam abranger atividades de observação e regência de aulas do 5º ao 8º semestre. Mais uma vez destaca-se o compromisso do IFB com a ampla formação dos pedagogos, pois no 7º semestre é previsto a realização do estágio na Educação de Jovens e Adultos e também na EPT.

Além dos núcleos de formação, o PPC também prevê a realização de atividades complementares obrigatórias, que podem ocorrer dentro do IFB ou em outras instituições públicas e privadas, objetivando “enriquecer o processo de ensino-aprendizagem do estudante complementando os conteúdos programáticos dos componentes constantes na matriz curricular” (Instituto Federal de Brasília, 2016, p. 29). Ao final do curso os licenciandos precisam ter alcançado 240h/aula de atividades complementares.

Para a análise dos componentes curriculares foram criadas quatro categorias de análise, conforme a Tabela 2.

Tabela 2 – Categoria de análise das ementas

Núcleos	Qtd de componentes curriculares
Ementas em que a palavra trabalho apareceu explicitamente	4
Ementas que corroboram com o trabalho como princípio educativo	16

Ementas que não apresentam relação com o trabalho como princípio educativo	26
Componentes curriculares livres	3

Fonte: autor e autor, 2026.

A primeira categoria utilizada na pesquisa, denominada “ementas em que a palavra trabalho apareceu explicitamente”, constatou que o termo trabalho apareceu em 4 disciplinas: Práticas de Ensino 02, no 2º semestre; Estudos Afro-brasileiros e Avaliação Educacional, no 4º semestre; e Educação Profissional e Tecnológica, no 5º semestre.

A ementa da disciplina Práticas de Ensino 02 é voltada para a apropriação dos espaços de coordenação pedagógica como momentos de concepção e elaboração das aulas. A priori, essa atividade pode ser considerada mecânica, seguindo protocolos e uma dinâmica restrita de planejamentos, o que configura uma característica técnica extremamente necessária do fazer pedagógico. No entanto, a ementa traz textos como Medo e Ousadia, de Paulo Freire e Ira Shor, que politizam a prática docente em prol de uma mudança social que contemple aqueles que mais necessitam. Com esse arranjo, a contradição entre prática e teoria pode dispor aos licenciandos um processo de formação em que o trabalho pedagógico aproveite o que essa dualidade expõe e torne possível a criação de uma práxis emancipadora.

A disciplina Estudos Afro-brasileiros destaca “Trabalho, cultura e resistência negra no Brasil” (Instituto Federal de Brasília, 2016, p. 53). A palavra trabalho, nesse caso, reflete o termo em sua visão ontológica e histórica de um determinado grupo étnico e as suas contribuições na construção da identidade nacional.

A sociedade brasileira, construída em bases escravocratas e segregatórias, encontra-se em uma constante luta entre interessados pela manutenção do *status quo* e movimentos que “há anos debatem o racismo como estrutura fundamental das relações sociais, criando desigualdades e abismos” (Ribeiro, 2019, p. 12). A utilização do trabalho, assim como a cultura e os processos de resistência da população negra brasileira, serve como fio condutor do contraditório a ser levantado perante a sociedade, delegando aos licenciandos a possibilidade de reflexão e embasamento teórico para uma ação dialética em sua futura profissão.

A disciplina Avaliação Educacional tem em sua ementa “A avaliação como componente da organização do trabalho pedagógico” (Instituto Federal, 2016, p. 54), atendendo ao critério metodológico utilizado na pesquisa da aparição da palavra trabalho. O componente curricular em questão aborda as formas de avaliação como um todo e as diferentes metodologias de

abordagem do tema, o que inclui o termo de usos como “avaliação para as aprendizagens” e “avaliação formativa”, como também cita o processo em cadeia das avaliações, que envolve a sala de aula, avaliações institucionais e as avaliações em larga escala.

Os autores da bibliografia não estão diretamente ligados ao uso do termo trabalho como princípio educativo, mas o texto *Avaliação educacional: caminhando na contramão*, de Luiz Carlos de Freitas, Mara Regina Lemes, Maria Marcia Sigrist Malavasi e Helena Costa Lopes de Freitas, indica uma preocupação com uma visão emancipadora da educação, que, por associação, vai ao encontro da humanização do conceito de trabalho aqui defendido.

Finalizando a primeira categoria sobressai-se a disciplina Educação Profissional e Tecnológica, tendo esta feito o uso explícito do termo trabalho como princípio educativo, além de ter uma bibliografia crítica ao método de produção capitalista. Todos os pontos levantados, assim como a ementa em si, reforçam o papel do pedagogo como um profissional responsável por promover o debate nessa modalidade de ensino, reforçando o papel contra hegemônico que se espera de uma EPT não restrita ao mero atendimento da demanda mercadológica.

A segunda categoria, “ementas que corroboram com o trabalho como princípio educativo”, foi criada considerando o uso de termos que problematizam a materialidade dos conteúdos, o uso de autores que têm o conceito de trabalho como uma de suas linhas de pesquisa, como Dermeval Saviani e Dante Henrique Moura, a relação dialética promovida e/ou a reflexão histórica. Nessa categoria foram registradas 16 disciplinas, sendo mais da metade delas, 10 componentes curriculares, presentes na primeira metade da licenciatura, fato justificável se considerarmos que a apropriação e conscientização do termo e suas vertentes deve fazer parte do embasamento crítico desde o início do curso.

Contraditoriamente, a terceira categoria, “ementas que não apresentaram relação com o conceito de trabalho como princípio educativo”, abarcou a grande maioria dos componentes curriculares do curso, totalizando 26 disciplinas registradas. Nesse grupo foram inseridas disciplinas como Formação Musical para Educadores, entre outros.

É importante salientar que mais da metade do curso, partindo da análise das ementas, não relaciona o conceito de trabalho com as suas respectivas áreas de ensino. Essa afirmação não significa dizer que o documento apresenta uma visão orgânica dos saberes, que os mesmos chegaram prontos e estão livres de questionamentos ou adaptações e revisões, significa apenas que em suas ementas não está claro que os conteúdos apresentados são abordados a partir de uma perspectiva dialética, material e histórica de oposições que culminaram na construção do

produto final apresentado como resultado de processos humanos de conflitos e debates de ideias.

A quarta e última categoria, “componentes curriculares livres”, registrou 3 disciplinas que não puderam ser analisadas por não possuírem ementas próprias, estando em aberta a sua definição de acordo com a oferta disponível no *campus*. As disciplinas que formaram essa categoria foram Componente Optativo 1, Componente Optativo 2 e Componente Optativo 3.

Por fim, a Tabela 3 apresenta a separação das disciplinas que citam os termos trabalho e/ou trabalho como princípio educativo dentro dos núcleos de formação do PPC.

Tabela 3 – Os núcleos de formação e a utilização dos termos trabalho e/ou trabalho como princípio educativo

Núcleos	Qtd de componentes curriculares	Qtd de componentes que abordam indiretamente os conceitos de trabalho e/ou trabalho como princípio educativo	Qtd de componentes que abordam diretamente os conceitos de trabalho e/ou trabalho como princípio educativo
Núcleo de Formação Técnico-Científico	27	10	3
Núcleo de Formação Pedagógico-Instrumental	7	2	0
Componente Optativos	3	-	-
Práticas de Ensino	8	2	1
Estágio Supervisionado	4	2	0

Fonte: autor e autor, 2026.

A análise da Tabela 3 demonstra que a maior parte do curso é abarcada pelo Núcleo de Formação Técnico-Científico, que, em linhas gerais, envolve disciplinas de embasamento teórico fundamentais para os pedagogos, como Didática e Gestão Educacional. Esse segmento de disciplinas também é responsável por apresentar o maior quantitativo de ementas que estão relacionadas direta ou indiretamente, 3 e 10 ementas, respectivamente, com os conceitos de trabalho e/ou trabalho como princípio educativo.

A observação dos dados permite inferir que, mesmo com parte do curso abordando os conceitos de trabalho e/ou trabalho como princípio educativo, esse quantitativo ainda é pequeno

considerando toda a licenciatura. Tendo em vista que apenas 40% das ementas do PPC, 20 ementas, fazem referência direta ou indireta aos termos supracitados, percebe-se que esse é um ponto passível de revisão e melhora dentro da dinâmica e organização do PPC da Licenciatura em Pedagogia do IFB.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O PPC analisado propicia oportunidade para uma formação docente embasada em conhecimentos articulados com uma visão emancipadora para a educação, expressando um compromisso com uma formação crítica e consciente, combatendo uma perspectiva neoliberal de educação que tende a

Aprimorar competências individuais, formar um profissional resolutivo e pragmático para resolver problemas imediatos e práticos, sem necessitar de muito esforço teórico ou de habilidades cognitivas gerais para analisar problemas ou situações com base em princípios teórico-científicos (Libâneo, 2022, p. 44).

O PPC apresentou, ao longo do texto, compromisso com uma educação embasada no MHD, porém a palavra trabalho, um dos princípios básicos que configuram a teoria em voga, foi pouco utilizada nas ementas dos componentes curriculares.

As categorias utilizadas traçam um parâmetro condutor que norteou a realização da pesquisa, na perspectiva de que a formação docente, que inicia no curso de graduação, precisa ser pensada de forma processual ao longo da vida profissional dos pedagogos, o que implica envolvimento intencional e planejado dos professores em busca de um direcionamento efetivo das atividades desenvolvidas em sala de aula e nos espaços escolares (André, 2010). Para tanto, considera-se essencial que a formação de professores esteja embasada em uma educação emancipadora e ciente de seu inacabamento (Freire, 1996), permitindo a instrumentalização docente em vistas da construção de uma sociedade mais crítica, justa e solidária.

A Licenciatura em Pedagogia do IFB apresenta um PPC rico em autores que utilizam o trabalho como princípio educativo, porém a relação entre trabalho e educação é pouco explorada nas ementas, sendo especificada apenas nas disciplinas Prática de Ensino 02, Estudos Afro-brasileiros, Avaliação Educacional e Educação Profissional e Tecnológica.

O pedagogo, assim como todo profissional, necessita de uma formação técnica dos procedimentos didático pedagógicos, instrumentalizando o profissional para atuar consistentemente em sala de aula. Ainda assim as premissas do conhecimento precisam embasar o educador para que possa estabelecer as diferentes relações dialéticas que norteiam o

objeto do seu trabalho, apropriando-se da historicidade daquilo que ensina (Saviani, 2007).

A instrumentalização e o embasamento teórico, pontos chaves para a atuação de um professor, bem como as condições materiais necessárias para o desenvolvimento do seu trabalho, precisam estar associados a um compromisso com o fazer pedagógico crítico e assertivo que almeje a construção de uma sociedade disposta a quebrar paradigmas e correntes que desumanizam o ser humano, relegando pouco a muitos e muito a pouquíssimos.

O PPC de Licenciatura em Pedagogia do IFB destaca-se na busca desse ideário ao promover aos licenciandos o contato com a EPT, característica que não é comum nas licenciaturas em pedagogia, além do compromisso com a formação crítica de seus licenciandos. Ademais, a Licenciatura em Pedagogia do IFB atende o público de uma localidade com menor poder aquisitivo, fato que endossa a necessidade da oferta de educação de qualidade voltada para o desenvolvimento social e intelectual da região.

Diante do exposto, a Licenciatura em Pedagogia do IFB está em processo de desenvolvimento, carecendo de maior clareza nas ementas dos componentes curriculares do seu PPC em relacionar as atividades desenvolvidas com o trabalho, que é fundante em nosso processo de humanização. Contudo assume um papel de vanguarda ao inserir em sua grade curricular espaços específicos de análise e formação de pedagogos para atuação em EPT e o uso do trabalho como princípio educativo na formação dos licenciandos.

REFERÊNCIAS

- ANDRÉ, M. Formação de professores: a constituição de um campo de estudos. *Educação*, v. 33, nº 3, p. 174-181, 2010.
- ARAUJO, R; FRIGOTTO, G. Práticas pedagógicas e ensino integrado. *Revista Educação em Questão*. v. 52, nº. 38, p. 61-80, 2015.
- BORGES, L. Educação, escola e humanização em Marx, Engels e Lukács. *Revista Educação em Questão*. v. 55, nº. 45, p. 101-126, 2017.
- BRASIL. Lei nº 9. 394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, DF: Presidência da República, 1996.
- BRASIL. Parecer CNE/CP nº 5, de 13 de dezembro de 2005. Estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para o Curso de Pedagogia. Brasília, DF: Ministério da Educação, 2005.
- COSTA, G; CASTAMAN, A; FERREIRA, L. Trabalho e Educação Profissional e Tecnológica nos Cursos de Pedagogia no Rio Grande do Sul. *Revista Cocar*. v. 20, nº. 38, p. 1-20, 2024.
- CRESWELL, J. Projeto de pesquisa: métodos qualitativo, quantitativo e misto. 3ª ed. Porto Alegre: Artmed, 2010.

CURY, C. Educação e contradição: elementos metodológicos para uma teoria crítica do fenômeno educativo. 7ª ed. São Paulo: Cortez, 1979.

DELLA FONTE, S. Formação no e para o trabalho. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, n° 2, p. 10-19, 2018.

FREIRE, P. Pedagogia do oprimido. 17ª ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

FREIRE, P. Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

FREIRE, P; SHOR, I. Medo e Ousadia: o cotidiano do professor. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

FREITAS, C et al; O trabalho como princípio educativo na educação profissional técnica de nível médio para uma formação omnilateral. Educação Profissional e Tecnológica em Revista. v. 2, n° 2, p. 28-42, 2018.

FRIGOTTO, G. Concepções e mudanças no mundo do trabalho e ensino médio. In: FRIGOTTO, G; CIAVATTA, M; RAMOS, M (org.). Ensino Médio Integrado: concepção e contradições. São Paulo: Cortez, 2010. p. 57-82.

INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA. Projeto Pedagógico do Curso Superior de Licenciatura em Pedagogia, 2016. Brasília: IFB, 2016. 97 p.

KUENZER, A. A escola desnuda: reflexões sobre a possibilidade de construir um ensino médio para os que vivem do trabalho. In: ZIBAS, Dagmar; AGUIAR, Márcia; BUENO, Marias. O ensino médio e a reforma da educação básica. Brasília: Plano Editora, 2002, p. 299-330.

17

LAKATOS, E; MARCONI, M. Fundamentos de Metodologia Científica: métodos científicos, técnicas de pesquisa, elaboração de referências bibliográficas. São Paulo: Atlas, 2021.

LIBÂNEO, J. Metodologias ativas: a quem servem? nos servem? In: LIBÂNEO, J et al (Orgs.). Didática e formação de professores: embates com as políticas curriculares neoliberais. Goiânia: Cegraf UFG, 2022, p. 38-46.

MOTA, KR. A travessia: a formação omnilateral no curso técnico integrado do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação stricto sensu em Educação Profissional e Tecnológica. Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Goiás, 2019; 188 p.

MOURA, D. A formação de docentes para a educação profissional e tecnológica. Revista brasileira da Educação Profissional e Tecnológica. v. 1, n° 1, p. 23-38, 2008.

NETTO, J. Introdução ao estudo do método de Marx. 1ª ed. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

RIBEIRO, D. Pequeno manual antirracista. 1ª ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

RODRIGUES, R. A relação Educação-Trabalho nas construções curriculares dos cursos de Licenciatura do Instituto Federal de Brasília. In: Painel Temático - 41ª Reunião Nacional da ANPED, Manaus: ANPED, 41, 2023, p. 07-11.

SAVIANI, D. Trabalho e educação: fundamentos ontológicos e históricos. *Revista Brasileira de Educação*. v. 12, nº 34, p; 152-180, 2007.

SAVIANI, D. Origem e desenvolvimento da pedagogia histórico-crítica. *In: Colóquio Internacional Marx e Engels*, São Paulo: IFCH-UNICAMP, 7, 2012, p 01-15.

SILVA, A. *Pesquisa Qualitativa em Estudos Organizacionais - Paradigmas, estratégias e métodos*. 2ª ed. Rio de Janeiro: Saraiva, 2012.

UNIVERSIDADE DE BRASÍLIA. Projeto Político Pedagógico do Curso de Pedagogia - Diurno Noturno (Código E-MEC 163), 2018. Brasília: UnB-FE, 2018. 180p.

UNIVERSIDADE DO DISTRITO FEDERAL. Projeto Pedagógico de Curso - PPC: Pedagogia, 2023. Brasília: UnDF-EEMA, 2023. 164 p.